

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 97.º da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (LOE/2022))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2023

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/19 a dez/19	2020	2021	jan/22 a set/22	Média dos 36 meses anteriores a out/2022
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	34 000	0	11 333
090110	Venda de terrenos a Famílias	2 180	25 643	21 477	14 365	21 221
090201	Venda de habitações a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090210	Venda de habitações a Famílias	0	6 178	9 538	5 660	7 125
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090310	Venda de edifícios a Famílias	0	0	0	0	0
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	7 403	0	0	2 468
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	49	0	16
Total		2 180	39 224	65 064	20 024	42 164

Artigo 97.º da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (LOE/2022))

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis 1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2023, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. 2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis. 3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.